

LUGARES DE MEMÓRIA E ENSINO DE HISTÓRIA COM JUVENTUDES ESTUDANTIS

PLACES OF MEMORY AND HISTORY TEACHING WITH STUDENT YOUTH

Ricardo Pinto de Paula¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7537-9957>

E-mail: ricardo.paula@educacao.mg.gov.br

Resumo

Este trabalho é um relato de experiência em estudos que venho realizando em um projeto de pesquisa vinculado à Faculdade de Educação-UFMG. Partindo de lacunas encontradas na BNCC, investiga desafios e possibilidades do patrimônio cultural, em lugares de memória do centro da cidade, contribuir com conhecimento histórico, fruição cultural e vida cidadã nas aulas de História, do Ensino Médio, de escolas públicas e privadas. Adota bases filosóficas de Paulo Freire em diálogos com outras mentes pensadoras atuantes em pesquisas e estudos especializados sobre o tema. São referências para alcance dos objetivos do projeto de refletir importâncias de maior aproximação e convivência entre a diversidade das culturas do centro da cidade e a diversidade das juventudes estudantis que delas fazem parte. Não pretende apresentar resultados absolutos, apenas demonstrar conhecimentos obtidos na primeira etapa da pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico documental que irão basear uma pesquisa de campo que será iniciada.

Palavras-chave: ensino de História; inclusão diversa; juventude estudantil; patrimônio cultural; pedagogia freiriana.

Abstract: This paper is an experience report on studies that I have been conducting in a research project linked to the Faculty of Education-UFMG. Starting from gaps found in the BNCC, it investigates the challenges and possibilities of cultural heritage, in places of memory in the city center, to contribute with historical knowledge, cultural fruition and citizenship life in high school history classes in public and private schools. It adopts Paulo Freire's philosophical bases in dialogues with other thinking minds active in research and specialized studies on the theme. These are references to reach the project's objectives of reflecting on the importance of a greater approximation and coexistence between the diversity of downtown cultures and the diversity of the student youth that are part of them. It is not intended to present absolute results, only to demonstrate knowledge obtained in the first stage of the qualitative research of bibliographic and documental nature that will be the basis for a field research that will be initiated.

Keywords: history teaching; diverse inclusion; student youth; cultural heritage; freirian pedagogy.

¹ Mestrando do Programa de Pós Graduação Educação e Docência da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Membro do Grupo de Pesquisa do Letramento Literário, que integra as ações do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (Gpell-Ceale-FaE/UFMG).

INTRODUÇÃO

Apresento um relato de experiência de uma pesquisa que desenvolvo no Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Educação e Docência da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. O projeto, orientado pelo Prof. Dr. Pablo Luiz de Oliveira Lima está vinculado à Linha de Pesquisa Educação, Ensino e Humanidades. Vem seguindo o interesse de investigar possibilidades e desafios de lugares de memória, que fazem parte do patrimônio cultural da cidade, serem valorados e incluídos nas aulas de História do Ensino Médio por meio de práticas complementares à proposta curricular da BNCC recém implementada nas escolas brasileiras.

Este intento se fortalece com base em minhas experiências educacionais com o tema que me oportunizaram observações significativas de que, embora a BNCC faça alusão às culturas e à cidadania, poderia incluir com maior abrangência e profundidade lugares de memória que revelam a diversidade existente das culturas materiais e imateriais como força contributiva para integrar a formação sociocultural ao desenvolvimento humano a partir das relações de convivência dos estudantes com esses ambientes que fazem parte de suas histórias, trajetórias e percursos de vida cotidiana. Somada a minha formação no Promestre e embasamentos teóricos meus estudos vêm demonstrando que isto poderá desenvolver conhecimento histórico, fruição cultural e experiências cidadãs locais com estudantes do Ensino Médio incluindo a diversidade da população das juventudes estudantis.

No impulso maior de encontrar caminhos incentivadores para que este patrimônio cultural possa melhor se aproximar e conviver com o ensino-aprendizagem em História, do Ensino Médio, o projeto vem seguindo seu objetivo de estudar importâncias de lugares públicos do centro da cidade, ao exemplo de Belo Horizonte, que por serem considerados circuitos histórico-culturais amplamente vividos pela população podem vir a ser vivenciados nas escolas.

Este relato de experiência propõe contextualizar minha pesquisa em duas etapas: sendo a primeira uma pesquisa bibliográfica em conclusão e a segunda, a ser iniciada em uma pesquisa de campo. Demonstra resultados parciais alcançados e conhecimentos adquiridos em sua primeira fase fundada em uma pesquisa bibliográfica documental. Em sequência, apresenta perspectivas para seus avanços a produção de um recurso educativo reflexivo sobre os conhecimentos produzidos sugerindo uma sequência didática para professoras (es) de História que atuam em Belo Horizonte e também em outras localidades, interessadas (os) na difusão em suas realidades locais. Contumaz, não pretende verdades absolutas com soluções definitivas além de motivar reflexões para sua continuidade.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: CONTEXTO DA PESQUISA EM SUA INTERVENÇÃO NA PROBLEMÁTICA INVESTIGADA

Unindo bases de meus conhecimentos empíricos associados ao meu trabalho na difusão do patrimônio cultural do centro da cidade de Belo Horizonte, no acompanhamento do ensino de História em escolas de sistemas públicos e privados acrescidos a participação em grupos de estudos e processos formativos sobre o ensino de História na etapa escolar do Ensino Médio,

nos últimos doze anos, me conduzi à identificação de uma situação que merece ser problematizada contemporaneamente.

Ancestralidades, costumes, saberes e fazeres em culturas materiais e imateriais que compõem o patrimônio cultural da Praça da Estação, Parque Municipal, Rua da Bahia e Mercado Central, enquanto lugares de memória integrados à história do centro de Belo Horizonte que formam um circuito histórico cultural mais conhecido da população local e externa, não são contemplados com abrangência e profundidade no currículo de História do Ensino Médio, dos sistemas públicos e privados, ao longo do tempo e na atualidade.

Neste sentido observo que de um lado, desestimula professores professoras (es) de História, pela pouca incidência do tema nos campos de abordagem do ensino-aprendizagem propostos pela BNCC, de outro lado ainda que tenham por incentivo a vontade de atuarem além das metodologias tradicionais incentivando-as (os) ao reconhecimento desses lugares de memórias para que o Patrimônio Cultural que neles se constitui possa ser considerado fonte para desenvolvimento de conhecimento histórico, fruição cultural e experiências cidadãs pelas juventudes estudantis, por intermédio das aulas de História no Ensino Médio.

Diante desta situação os estudos com minha pesquisa me incentivaram suscitar a seguinte questão que vem motivando o seu desenvolvimento: Como o Patrimônio Cultural de lugares de memória do centro de Belo Horizonte, pode vir a ser mais valorado e incluído no ensino-aprendizagem de História do Ensino Médio para desenvolver historicidades por meio de convívios em cidadanias locais contribuindo para ampliar compreensões da realidade? No entanto, é preciso que sejam ações inclusivas que democratizem relações de aproximações e convivências entre a amplitude da diversidade cultural desses lugares e da diversidade estudantil desta etapa escolar.

ABORDAGEM DA PROBLEMÁTICA NOS ESTUDOS

Considerando o conceito de Patrimônio Cultural no artigo 216 da Constituição Federal, de 1988, percebe-se que seus significados estão em correspondência, pelo menos com o título do tema de cada um desses campos de abordagens propostos no currículo de História. Porém, as especificidades das culturas dentro da história local, ao exemplo dos espaços referenciados na discussão deste projeto não estão sugeridos para serem contextualizados tendendo a não serem incluídos nas práticas de ensino-aprendizagem e, por possível consequência, na perspectiva da valorização de suas culturas enquanto Patrimônio Cultural. (Brasil, 1988)

Existem fortes correspondências entre este conceito de Patrimônio Cultural e o ensino-aprendizagem em História. De acordo com pensadoras (es) e especialistas expoentes, ao exemplo de Bittencourt (2008), importa considerar que o ensino-aprendizagem em História evidencia, dentre seus principais objetivos o de desenvolver conhecimento histórico junto a jovens estudantes. Em Rusen (2006), compreendo ser o desenvolvimento de habilidades para investigar a realidade para se despertar ao interesse de orientar a própria vida dentro da continuidade do tempo. Vale, portanto, trazer a História ao verídico de sua palavra fundadora no sentido de investigar o autoconhecimento em diálogo com a filosofia da pedagogia libertadora de Freire (2005) atribuindo ao seu ensino aprendizagem vivências com as culturas que fazem parte da história da cidade incentivando pensamentos e atitudes críticas reflexivas para gerar transformações da realidade de seus estudantes no tempo presente.

Os estudos me levaram à compreensão de que embora este Patrimônio Cultural tenha nas aulas de História uma porta de entrada para ser melhor valorizado junto a estudantes do Ensino Médio, professoras (es) possam vir a ter dificuldades de encontrar meios para iniciarem e desenvolverem práticas continuadas e consistentes, no sentido de estabelecerem relações que propiciem produção de conhecimentos históricos ampliados à preservação e salvaguarda de suas culturas. (Bittencourt, 2008; Meneses; Santos, 2009)

Presumo que, em razão da proposta curricular atual da BNCC reger os sistemas educacionais públicos e privados nacionais, incluindo os de Belo Horizonte, esta situação possa minimizar oportunidades de as juventudes estudantis saírem das salas de aulas para vivenciarem a formação humana preconizada na Base Nacional Curricular. É onde o desenvolvimento humano pode vir a ser melhor vivenciado ao exemplo de ambientes que se tornam lugares de memórias por refletir junto às pessoas a história da cidade que compõe sua realidade política, social e econômica incentivando dentro dessas pessoas confrontos de sentidos nas relações entre passado e futuro no tempo espaço presente. Impulsiona ações transformadoras da realidade a começar em novas dinâmicas de percepções, questionamentos, concepções de quem são, do porquê fazem parte e sobre o para que se encontram pertencentes no mundo ente si mesmas. (Freire, 1996; Hartog, 2014; Halbwachs, 2013; Le Goff, 1990; Nora, 1993; Pollak, 1992, Russen, 2006).

Em acompanhamentos que fiz, antes da pandemia do corona vírus Covid 19, em espaços públicos da Secretaria Municipal de Cultura de Belo Horizonte, que pretendem ser destinados à inclusão da diversidade juvenil no centro de Belo Horizonte observei pouca presença de escolas públicas e particulares desta etapa escolar na Praça da Estação, Parque Municipal, Rua da Bahia e Mercado Central, em atividades associadas ao ensino-aprendizagem em História ligadas nesses espaços públicos enquanto lugares de memória cultural para valorização de suas culturas no contexto histórico do centro de Belo Horizonte. Então, pode vir a ser possível mensurar que este problema possa estar mais latente nos cursos regulares de Ensino Médio. Difere-se, portanto, de outras etapas escolares ao exemplo da Educação Infantil e Ensino Fundamental e modalidades da Educação Integral que realizam visitas a esses espaços, tendo em vista que a proposta curricular do Ensino Médio regular embora preconize formação humana, inclina-se ao maior interesse no alcance da proficiência escolar voltadas para os objetivos das avaliações externas e a inserção no mercado de trabalho. (Belo Horizonte; Secretaria Municipal de Cultura, 2019)

O currículo atual de História no Ensino Médio regular, orientado pela BNCC, condensa este componente curricular dentro da Área de Conhecimentos de Ciências Humanas e Sociais as disciplinas de História, Geografia, Sociologia e Filosofia. Estabelece que o ensino-aprendizagem seja desenvolvido em quatro campos de abordagem: Tempo e Espaço; Território e Fronteira; Indivíduo e Sociedade; Política e Trabalho. Ainda que sejam propostos de forma interdisciplinar, observa-se que nos contextos refletidos sobre a História, por esses campos, considera-se a diversidade cultural, mas não difundida na valorização das especificidades das culturas que compõem a história de espaços públicos dos centros das cidades. Esses lugares de memória que formam o Patrimônio Cultural local ainda que dialoguem de forma interdisciplinar com outros componentes curriculares, ao exemplo de Artes e Sociologia, dialogam com maior intensidade com o componente curricular de História e com os campos de formação de sua docência. (Brasil; MEC; BNCC, 2018).

DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DOS ESTUDOS

Foram adotados procedimentos metodológicos para uma pesquisa de caráter qualitativo, em duas etapas, adotando bases teóricas de BODGAN; BIKLEN (1994); GODOY (1995).

Na primeira etapa, uma pesquisa bibliográfica documental exploratória e explicativa quando foram estudados conceitos, fundamentos e importâncias do Patrimônio Cultural contextualizado nas culturas de espaços públicos considerados lugares de memória cultural na Praça da Estação, Parque Municipal, Rua da Bahia e Mercado Central fazendo parte da História do centro de Belo Horizonte.

Foram utilizados referenciais teórico científicos em livros, teses, dissertações, artigos e publicações do Museu Histórico Abílio Barreto de Belo Horizonte; repositório acadêmico e periódicos da UFMG, CAPES, de outras universidades, de bibliotecas e acervos da Secretaria Municipal de Cultura – Fundação Municipal de Cultura e Arquivo Público de Belo Horizonte.

Para o ensino-aprendizagem em História no Ensino Médio e sua estrutura curricular, referenciais legislativos e documentos relativos à Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, de 1996; Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN's e Currículo Referência Minas Gerais – CRMG orientado pela Base Nacional Comum Curricular - BNCC, ambos estabelecidos entre Ministério da Educação e conselhos nacional e estadual de educação de Minas Gerais.

Desenvolvi a análise de conteúdo baseando-me nas teorias de GIL (2008). Serão levantados, selecionados, lidos e analisados conteúdos em informações de natureza histórica e cultural em publicações diversas de acervos públicos do Arquivo Público de Belo Horizonte, Museu Histórico Abílio Barreto, Conselho Municipal do Patrimônio Cultural – Secretaria Municipal de Cultura de Belo Horizonte. Foram considerados na Praça da Estação o conjunto histórico da Estação Central e largo, Museu de Artes e Ofícios, conjunto paisagístico da Praça Rui Barbosa e o Centro Cultural da UFMG; no Parque Municipal, o acervo ambiental do Parque Municipal Renée Giannetti; na Rua da Bahia, o conjunto histórico arquitetônico entre a Avenida Afonso Pena e a Rua Aimorés, Museu da Moda e Academia Mineira de Letras; e no Mercado Central, seu acervo de culturas materiais e imateriais.

Seus conteúdos foram analisados estabelecendo confrontações e diálogos com o conceito de Patrimônio Cultural, no artigo 216 da Constituição Federal, de 1988; Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, de 1986; e da proposta curricular que envolve o ensino de História no Ensino Médio, baseadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN's, no Currículo Referência Minas Gerais – CRMG orientado pela Base Nacional Comum Curricular - BNCC, e nos conhecimentos empíricos do pesquisador com base em sua atuação profissional com o tema envolvido no problema deste projeto de pesquisa.

RESULTADOS PARCIAIS ALCANÇADOS COM A PESQUISA COM O USO DESSES PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Consoante aos objetivos do Programa de Pós-graduação em Educação e Docência, do Promestre – FAE-UFMG, está sendo possível desenvolver, com base na produção de conhecimentos gerados nesta primeira etapa da pesquisa, a produção de um recurso

educacional com a elaboração de uma metodologia, na forma de uma sequência didática, com sugestão para aulas de História do Ensino Médio. Esta prática terá como objetivo a valorização do Patrimônio Cultural de espaços públicos referenciais do centro de Belo Horizonte, evidenciando a Praça da Estação, Parque Municipal, Rua da Bahia e Mercado Central, por meio da preservação e salvaguarda das culturas nesses lugares de memória cultural na história da cidade, após o momento atual pandêmico causado pela Covid-19 com a normalização das atividades presenciais e convívios socioculturais.

Em parceria da Faculdade de Educação com a Escola de Design, da UFMG, está sendo desenvolvido um e-book para sua publicação em sítios eletrônicos públicos de instituições e organizações educacionais e socioculturais para acesso gratuito do público de professoras (es) de História e de outros componentes curriculares interessados, demais profissionais da educação, estudantes e comunidade escolar dos sistemas públicos e privados. Será disponibilizado para acesso e download gratuito do público de universidades, instituições atuantes no Patrimônio Cultural, de pesquisadoras (es), estudiosas (es) e demais públicos interessados.

Estarão inseridos textos e fotografias, ambos elaborados e produzidos pelo pesquisador; referências bibliográficas e informações técnicas. Adotará programação visual criativa com linguagem de comunicação e diagramação viável à compreensão do público ao qual será disponibilizado. Permitirá acessibilidade para pessoas com deficiência visual e auditiva.

Será segmentado com uma Introdução, sobre trajetória do projeto de pesquisa e do pesquisador no Programa de Pós-graduação em Educação e Docência - Promestre – FAE/UFMG e agradecimentos. No primeiro capítulo, informações sobre Patrimônio Cultural formado pelas culturas que compõem lugares de memória no centro de Belo Horizonte. No segundo capítulo, conceitos e importâncias na preservação das representações de culturas materiais em conjuntos históricos e salvaguarda das manifestações de culturas imateriais nos lugares de memória referenciados pelo projeto. No terceiro, reflexão sobre desafios e possibilidades da diversidade das juventudes estudantis se aproximarem e conviverem com a diversidade cultural deste patrimônio para conhecimento histórico, fruição cultural e cidadania local. No quarto, contribuições da pedagogia libertadora de Paulo Freire em diálogo com pensadores e especialistas estudados para fortalecer esta aproximação e convívios com reflexões-ações na realidade política, social e econômica na qual as juventudes estudantis estão envolvidas no contexto do centro da cidade unindo formação com desenvolvimento humano. E, para concluir, no quinto capítulo, sugestão de uma sequência didática para valorizar o Patrimônio Cultural local em uma prática complementar à proposta curricular de História, do Ensino Médio, mais sugestões de referências bibliográficas e links de acesso às fontes utilizadas na pesquisa.

SÍNTESE DOS CONHECIMENTOS PARCIAIS DESENVOLVIDOS COM A PESQUISA

Os estudos me possibilitaram desenvolver compreensões de que a diversidade cultural que compõe o patrimônio dos lugares de memória precisa se manter vivas em seus ambientes e isto poderá ser mais promissor com a presença espontânea da população estudantil do Ensino Médio nesses ambientes. Neste sentido, as aulas de História podem vir a contribuir não somente enquanto portas abertas para incluir os acervos culturais em seus conteúdos escolares e

práticas pedagógicas, mas também incluir os acervos humanos de suas salas de aula nesses ambientes.

Nos conteúdos humanos experienciais dos objetivos do ensino de História no Ensino Médio podem ser encontradas oportunidades para juventudes exercerem direitos de conhecer, questionar, interpretar, criticar, refletir e exercer a construção de suas identidades. Estão integrados a processos históricos onde reelaboram princípios e conceitos sobre as historicidades do país e de seus ambientes de vida na especificidade de seus contextos sociais, econômicos e políticos. Presente, passado e futuro formam a conjugação de um tempo indeterminado cuja dinâmica se faz em ações contínuas de identificação, reconhecimento e valorização de seus sentidos no universo da vida estudantil, não apenas como pessoas matriculadas, mas sobretudo enquanto seres existenciais pertencentes a mundos, por intermédio de uma escola. Afinal de contas, de algum lugar haverá de surgir o “de onde venho” e o “para onde vou” e que seja, preferencialmente, de um lugar interessante em que se esteja: sala de aula, que mesmo com toda as anonimidades de suas condições administrativas, operacionais, físicas e sempre por fim as pedagógicas, lá está para ser a providencial que se dispor a tanto. (Nunes; Siman, Villata, 2009; Candau, 2012; Lima, 2012)

E, considerando Freire (2005), a História não é apenas um componente curricular, torna-se uma ação educativa dialética que permite aos conhecimentos iniciados na sala de aula serem colocados em prática, além do espaço físico escolar. As subjetividades de seus conteúdos são perguntas que tendem a ser respondidas quando sua práxis encontra a vida real para produzir respostas na forma de retornos positivos para sua vida cotidiana ser autossustentável.

É primordial que o poder público se sensibilize para melhor integrar a população em defesa da qualidade de vida coletiva preservando as culturas materiais e salvaguardando as culturas imateriais que fazem parte da memória sociohistórica presente nos ambientes públicos de circulações, encontros e convivências das pessoas, ao exemplo do centro da cidade de Belo Horizonte.

Condiz, ao meu entender, com o pensamento das representações socioculturais manifestado nas convenções internacionais da UNESCO de 1987, 2003 e 2005, ora ratificadas pelo Brasil uma vez que passaram a compor a legislação federal do IPHAN reproduzida nas legislações estadual do IEPHA/MG e municipal da Secretaria Municipal de Cultura – Conselho Municipal do Patrimônio Cultural/PBH como uma das formas para promover melhor humanização das cidades e considerando que a Educação é o melhor caminho para que esse objetivo seja alcançado. Foi instituída pelo Iphan, com a Portaria nº 127, de 28/04/2016 após entendimentos entre representantes de setores públicos-culturais e educacionais brasileiros. Tem por função integrar a comunidade em sua responsabilidade social conjunta de identificar, reconhecer e proteger a memória sociohistórica e suas identidades na diversidade das representações e expressões culturais nos espaços públicos de suas localidades, por meio de ações educativas formais e informais sobre seu Patrimônio Cultural local. Para tanto, é imprescindível que a Educação Patrimonial possa ter apoio consistente das políticas educacionais e gestão escolar para ser incluída no Projeto Político Pedagógico das escolas públicas e privadas para ser vivenciada em todas as etapas escolares e modalidades educacionais. Estudantes poderão ser mediadores de processos de valorização desses espaços públicos e da diversidade cultural que nele transita e habita.

Mas, é importante valorizar ancestralidades, religiosidades, saberes, meios, modos e perspectivas de vida presentes nas pessoas que transitam pelo centro de Belo Horizonte para além de concepções sobre divisões identitárias derivadas de uma gênese miscigenada do período colonial brasileiro. A sociedade, por ser formada pela reunião possível de muitas etnias produz várias culturais pertencentes a vários contextos em que a vida inicia e se desenvolve no processo dinâmico de contínuos redimensionamentos. Inicia-se pela endoculturação, ou também chamada de enculturação, onde as pessoas aprendem a como viver integrando vida cotidiana a valores, normas, símbolos, crenças e conhecimentos que se tornam padrões do sistema de vida de grupos sociais dos quais são originários. Esses conhecimentos não são ensinados formalmente, pois é uma aprendizagem se inicia com o nascimento e se desenvolve ao longo da vida. São adquiridos de forma espontânea pela interiorização, apreensão e absorção de experiências quotidianas. (Assis; Neponucemo, 2008; Benjamin, 1994; Bourdieu, 2007; Dias 2005)

Torna-se uma aculturação, sendo um efeito da extensão promovida pelo percurso endocultural, que faz as pessoas estabelecerem contatos com culturas específicas de outros grupos sociais. Através desses contatos culturas são compartilhadas entre grupos por necessidade de interação social que possuem para sobrevivência da organização política, econômica e social. Os interesses se tornam comuns incentivando diferentes grupos a estabelecerem uma convivência harmônica e contínua entre eles próprios. Um grupo social concede sua própria cultura a outro grupo social que, em reverso, cujo convívio termina por influenciar mudanças nas normas e nos costumes. Com a endoculturação adquirida pelas pessoas a dinâmica das relações sociais tende a conduzi-las, inevitavelmente, ao estabelecimento de trocas de experiências culturais. (Eagleton, 2003, Ulmann, 1991;

Faz-se necessário que esta valorização esteja no sentido de respeitar integralmente não apenas as culturas materiais dos conjuntos históricos formados por museus, prédios públicos, monumentos, ruas, praças, largos, pontes, parques, mas também a presença das culturas indígenas, afro-brasileiras, camponesas. São progenitoras de sabedorias que difundem o bem viver em suas comunidades e, por transitarem no centro da cidade Belo Horizonte, são fontes de aprendizados sobre o bem viver em sociedade que também pode ser vivenciado por todas as pessoas no contexto destes espaços urbanos.

Em alguns estudos que fiz no CEDEFES e no Ministério Público de Minas Gerais, são treze etnias de povos indígenas oficialmente reconhecidas no Estado de Minas Gerais que transitam pelo centro de Belo Horizonte. Dentre elas, as pertencentes ao tronco lingüístico Macro-Jê reunindo aproximadamente, quinze mil pessoas em aldeias e vilas localizadas em distritos da sede de municípios mineiros Compõem esses povos os Maxakali em Bertópolis, Ladainha e Santa Helena de Minas e os Mucuriñ em Campanário, ambos na região de Teófilo Otoni; Os Pankararu, na região de Araçuaí; os Xakriabá, em São João das Missões, na região de Januária; os Tuxá, na região de Buritizeiro; os Pataxó, na região de Carmésia e Itapeçerica; os Krenak em Resplendor, na região de Governador de Valadares; Os Pataxó Hã-Hã-Hãe na região de Rio Pardo de Minas; os Kaxixó em Martinho Campos, na região de Pará de Minas e os Xucuru Kariri, em Caldas na região de Poços de Caldas. (CEDEFES; MPPMG, 2021)

Os quilombolas, descendentes das pessoas africanas que fugiram das cruéis condições de vida e de trabalho escravo nas plantações e engenhos de cana de açúcar entre os séculos XVI e XIX. Encontravam refúgios no interior das matas onde construíram suas fortificações para viverem as tradições religiosas, os costumes em família, a prática do plantio e a sabedoria em

relação aos elementos da natureza para valer suas simples condições de sobrevivência. Procedentes de mais de 400 comunidades, por entre 155 municípios mineiros, com sua maior presença nas regiões norte, nordeste e o Vale do Jequitinhonha também estão presentes no centro de Belo Horizonte. (CEDEFES; MPPMG, 2021)

As comunidades tradicionais formadas por pessoas que vivem os pescadores artesanais, os povos de terreiro, os geraizeiros, os vazanteiros, os apanhadores de flores sempre-vivas, os faiscaidores e os ciganos. Essas culturas imateriais vêm sendo temas de discussão na mídia cultural e precisam ser melhor compreendidas e absorvidas quanto ao seu direito de existência, respeito e consideração nos espaços públicos do centro de Belo Horizonte contribuindo para que sejam ambientes identitários de domínio não exclusivo de detentores do capitalismo neoliberal, mas sobretudo de raízes geradoras de essência humanizadora da vida em sociedade. (CEDEFES; MPPMG, 2021)

Infelizmente, são politicamente invisibilizados no cotidiano dos espaços públicos da chamada capital mineira para se perpetuarem enquanto reminiscências de um passado primitivo. Contudo, é importante que estudantes visitem os arquivos públicos de Belo Horizonte e de Minas Gerais, a Coleção Mineiriana da Biblioteca Estadual Luis de Bessa, por exemplo, onde consta um rico acervo de informações sobre a cultura imaterial de Minas Gerais, mas que também tenham oportunidades de contatos, relações e convivências com suas manifestações no presente pós-moderno, onde mesmo de forma esporádica, suas manifestações ainda podem ser presenciadas em alguns espaços da Praça da Estação, Parque Municipal e Mercado Central de Belo Horizonte, por exemplo: Congado, com os Grupos de Moçambique, Catopés, Congo, marujada, Caboclos, Vilão e Candombe trazidos pelos escravos africanos que homenageiam Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, Santa Ifigênia, Nossa Senhora das Mercês e Nossa Senhora da Aparecida; a Folia de Reis, ou Reisado, visitando as casas para louvar a chegada do Menino Jesus na época natalina e as Pastorinhas visitando os presépios representando os pastores; o Boi de Reis; a Festa do Divino homenageando uma pessoa importante da comunidade que será o próximo festeiro; a Cavalhada, remontando os combates medievais entre mouros e cristãos; a Dança de São Gonçalo com moças trazendo arcos enfeitados de rosas e um homem ao centro representando o santo; o Caxambu, ou Jongo, enaltecendo o batuque dos negros nas fazendas de café e a Quadrilha trazida da França, pelos portugueses que acontecem nas festas populares dos meses de junho e julho. (MINAS GERAIS; SEC-MG; BELO HORIZONTE; SMC, 2021).

Os folguedos e mitos existem lendas, crenças, provérbios, costumes, muitas originárias das tradições dos colonizadores portugueses e das culturas indígena e africana, além do Saci-Pererê, o Curupira das matas, o Caboclinho d'água do Rio São Francisco e mitologias da Estrada Real que ligava Ouro Preto a Paraty. As festas de santos padroeiros das igrejas católicas e manifestações de outras crenças religiosas; as modas de viola caipira. A cozinha mineira tem o seu fogão à lenha e produz quitandas com broa de fubá, biscoitos doces, temperos e reverencia o pão de queijo. (MINAS GERAIS; SEC-MG; BELO HORIZONTE; SMC, 2021).

A diversa e criativa culinária, internacionalmente reconhecida, recebe influência das culturas indígena, africana e portuguesa desde o início da colonização brasileira fundamentando o feijão tropeiro, linguíça defumada, frango com quiabo e angu de milho, vaca atolada, canjiquinha com verduras e legumes produzidos nos quintais, a exemplo da couve e do ora-pro-nobis. (MINAS GERAIS; SEC-MG; BELO HORIZONTE; SMC, 2021).

Artesanatos em barro, cerâmica diversificando trabalhos elaborados em bordados, trançados, crochês, tricôs, tecelagens com inúmeros materiais para a produção de objetos e adornos com temas religiosos e profanos para o uso cotidiano, adornos e decoração. A musicalidade mineira incluindo as modas de viola caipira e as bandas de música. Enfim, sua originalidade revela a cultura de regiões mineiras, ao belo exemplo do Vale do Jequitinhonha e do São Francisco e da pedra-sabão nas cidades históricas. (MINAS GERAIS; SEC-MG; BELO HORIZONTE; SMC, 2021).

No entanto, inclui neste repertório reflexivo de importâncias do Estado de Minas Gerais e do Município de Belo Horizonte na prática do estabelecido na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, sobre o Estatuto da Cidade, regulamentando as políticas urbanas em favor do bem coletivo e social. Viabiliza obras de restauração, conservação e ações de manutenção dos bens culturais públicos e particulares que passam a estar inseridos no contexto da urbanidade local. Disciplina o parcelamento do uso e da ocupação do solo beneficiando as condições de saneamento, estrutura de pavimentação das ruas, os sistemas de transportes, as vias de trânsito e locais públicos. Isto, de forma a propiciar aos espaços públicos do centro de Belo Horizonte, condições para a prática não apenas de esportes e vivência com o lazer, mas com a diversidade cultural por meio de programas, projetos e ações eficientes, eficazes e efetivas de preservação, salvaguarda e difusão dos bens culturais para apropriação e fruição da população. (BRASIL, 2001; IPHAN; IEPHA, 2018)

Ao mediar essas relações de importâncias entre o tema da disciplina que cursei e o Patrimônio Cultural fortaleceu a minha formação enquanto pessoa atuante na Educação Patrimonial incentivando-me a conduzir os conhecimentos que obtive para ampliar abordagens do campo de estudos de meu projeto de pesquisa no Promestre da FAE/UFMG.

Essas relações se estendem ao nível de correspondência de uma questão importante para ser pesquisada no ensino-aprendizagem em História no Ensino Médio, tanto de escolas públicas e particulares. A partir de minha vivência com este tema nos últimos anos, observo a necessidade de haver maior valorização das culturas que fazem parte da história de Belo Horizonte compondo o Patrimônio Cultural de espaços públicos referência, ao exemplo da Praça da Estação, Parque Municipal e Mercado Central. Isto me leva ao intento de pesquisar tais possibilidade nas Aulas de História, por meio de práticas complementares à proposta curricular da Base Nacional Comum Curricular - BNCC adotada atualmente.

As juventudes estudantis demonstram interesse de se envolverem com a vida cultural da cidade compondo uma força para esta valorização. Se foram realmente colocados em prática os objetivos da BNCC almejados para o Ensino Médio, creio que a Educação Patrimonial encontrará meios para abrir portas e adentrar nas escolas para convidar este público. Ao pretender aprendizagens para formação pedagógica, sociocultural e cidadã inclui nos escritos de sua proposta: utilização dos conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo; exercício de investigação, reflexão, análise crítica, imaginação e criatividade; fruição das diversas manifestações artísticas e culturais; utilização de diferentes linguagens; compreensão de tecnologias nas diversas práticas sociais; valorização da diversidade de saberes e vivências culturais; respeito e promoção dos direitos humanos; autoconhecimento na diversidade humana com autocrítica e capacidade para lidar com ela; cooperação na diversidade de saberes, identidades, culturas; ação pessoal e coletiva com autonomia, responsabilidade com princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. (Ainda que sejam necessários muitos

esforços para esses objetivos saírem do papel e se tornarem realidade, sinto-me incentivado a entrar nesta luta.

Com base em estudos nos acervos do Arquivo Público de Belo Horizonte e da Secretaria Municipal de Cultura – Conselho do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte, a Praça da Estação, o Parque Municipal, a Rua da Bahia e o Mercado Central possuem grandes possibilidades para serem referenciados como lugares de memória cultural no centro desta cidade. Reúnem e integram elementos histórico-culturais, na forma de bens materiais tombados e imateriais salvaguardados pela sociedade, aos quais são permitidos franco acesso e convivência de toda a população para ela se apropriar de conhecimentos históricos e fruir seus direitos à vivência da diversidade cultural. (Barreto, 1997; BELO HORIZONTE; SMC; FMC, MERCADO CENTRAL, 2020)

CONCLUSÃO

Enquanto resultados parciais dos estudos que estou desenvolvendo com esta pesquisa a serem apresentados para conclusão deste relato, sintetizem-se em compreensões de que estudando o Patrimônio Cultural da Praça da Estação, Parque Municipal, Rua da Bahia e Mercado Central do centro de Belo Horizonte, pode ser possível encontrar sentidos que os tornam lugares de memória integrados a um dos circuitos histórico-culturais mais vivenciados pela população desta cidade incluindo as juventudes estudantis.

Desenvolvendo estudos sobre quais medidas em que este Patrimônio Cultural vem sendo referenciado no currículo de História do Ensino Médio da educação pública e privada brasileira, pode levar a compreensões acerca dos motivos que o possivelmente possam conduzi-lo a estar desconhecido e excluído das práticas de ensino-aprendizagem com relação aos temas de interesse na formação de estudantes desta etapa escolar.

Entrevistando professores (as) de História do Ensino Médio de escolas públicas e privadas, em Belo Horizonte é provável compreender aspectos favoráveis e contrários para este Patrimônio Cultural ser referenciado em suas aulas em processos de conhecimento histórico, fruição cultural e experiências cidadãs locais de seus estudantes, considerando a docência estar ou não limitada à orientação geral da BNCC para a criação de práticas complementares a este currículo.

Baseando-me nos estudos e entrevistas com a pesquisa associados à minha história de vida, experiência profissional com o tema e minha formação no Promestre, da FAE/UFMG, pode ser possível apontar perspectivas para este Patrimônio Cultural ser melhor valorado e incluído em aulas de História do Ensino Médio em práticas complementares, especialmente, após o controle da pandemia do covid-19, viabilizando atividades presenciais.

Considerando as bases que podem me levar ao apontamento de tais perspectivas, pode ser possível, também, de serem demonstradas em um recurso educativo refletindo a experiência da pesquisa e uma sequência didática valorando e incluindo o Patrimônio Cultural dos lugares de memória do centro de Belo Horizonte estudados, em sugestão a professoras (es) de História que atuam nesta cidade e também para as (os) que atuam em todas as cidades brasileiras.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Cássia Lobão; NEPOMUCENO, Cristiane Maria. **Processos culturais: endoculturação e aculturação**. In: Estudos Contemporâneos de Cultura. Campina Grande: Universidade Estadual da Paraíba, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2008.

BARRETO, Abílio. **Belo Horizonte: memória histórica e descritiva - história antiga e história média**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997.

BELO HORIZONTE. **Arquivo Público de Belo Horizonte, Parque Municipal Américo Renné Giannetti, Praça da Estação, Rua da Bahia**. Prefeitura de Belo Horizonte, Secretaria Municipal de Cultura, 2020.

_____. **História dos bairros de Belo Horizonte - Região Central**. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, Secretaria Municipal de Cultura, 2020.

BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de história**. In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994 (Obras escolhidas, v. I), p. 222-232.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em Educação: fundamentos, métodos e técnicas**. In: Investigação qualitativa em educação. Portugal: Porto Editora, 1994, p. 15-80.

BRASIL. Constituição de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei nº 9.394, de 20/12/1996**, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

_____. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018.

BRASIL. **Constituição de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018.

_____. **Lei nº 9.394, de 20/12/1996**, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BOURDIEU, Pierre. **Reprodução Cultural e Reprodução Social**. In: A Economia das Trocas Simbólicas. São Paulo. Editora Perspectiva S.A. p. 295-336. 2007 (2005).

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

CEDEFES. **Quilombolas e Povos Indígenas de Minas Gerais**. Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva. Belo Horizonte: 2018.

- CHUVA, Márcia. **História e Patrimônio**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
- CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. RIBEIRO, Viviane (Trad.). Bauru: EDUSC, 1999.
- DIAS, Reinaldo. **Introdução à Sociologia**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.
- EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. RODRIGUES, Sofia (Trad.) 1 ed. Lisboa: Actividades Editoriais, Lda, 2003
- FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- _____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2005.
- _____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: paz e Terra, 1996.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1997.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas em pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, 1995, p. 20-29
- HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na pós-modernidade**. 12 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.
- HARTOG, François. **Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Sociologia geral**. São Paulo: Atlas, 1999.
- LE GOFF, Jacques. LEITÃO, Vernadro, Et.al. (Trad.). **História e Memória**. Editora Unicamp, 1990.
- LIMA, Pablo Luiz de Oliveira. **Fontes e reflexões para o ensino de história indígena e afro-brasileira: uma contribuição da área de História do PIBID/FaE/UFMG**. Belo Horizonte: UFMG – Faculdade de Educação, 2012.
- MENESES, Paula Maria; SANTOS, Boaventura de Souza. (Orgs.) **Espistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina S.A. p. 183-189, 2009.
- MERCADO CENTRAL DE BELO HORIZONTE. **Mercado Central de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Mercado Central, 2020.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS. **Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Org. Coordenadoria de Inclusão e Mobilizações Sociais (CIMOS); Ministério Público de Minas Gerais.

NASCIMENTO, Flávia Brito. **Patrimônio Cultural e escrita da história:** a hipótese do documento na prática do Iphan nos anos 1980. In: Museu Paulista: história da cultura material (Anais). vol.24 no.3 São Paulo Sept./Dec. 2016

NORA, Pierre. **Entre memória e história:** a problemática dos lugares. KHOURY, Yara Aun. In: São Paulo, Revista Projeto História, Puc-SP, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

IPHAN. **Programa de especialização em patrimônio:** Rio de Janeiro: IPHAN, Copedoc, 2009.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social.** In: Rio de Janeiro: Estudos Históricos, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RANGEL, Marília Machado. **Educação Patrimonial Conceitos sobre Patrimônio Cultural.** In: Secretaria de Estado de Educação. Reflexões e Contribuições para a Educação Patrimonial. Belo Horizonte: Lições de Minas, 2002.

RIBEIRO, Marcus Tadeu Daniel. **Entre o ser e o coletivo o tombamento das casas históricas.** In: CHUVA, Márcia. História e Patrimônio. Revista do Iphan, p.223-248 2012.

RUSEN, Jorn. **Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão.** Práxis educativa. Ponta Grossa: v. 1, n. 2, p. 07-16, jul./dez., 2006.

SALADINO, Alejandra; POLO, Mario. **Acervo Arqueológico.** Dicionário IPHAN de

ULMANN, Reinholdo Aloysio. **Antropologia:** o homem e a cultura. Vozes, 1991.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Periódicos UFMG** – Biblioteca da Universidade.

_____. **Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional Educação e Docência - Promestre,** Faculdade de Educação Disponível em: <https://promestre.fae.ufmg.br/> Acesso em: 20/07/2020